



Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência

Tereza Freitas da Silva

Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA

Instituição: Universidad Autónoma de Asunción – UAA

E-mail: buritistereza@hotmail.com

RESUMO

A Educação Inclusiva vem sendo bastante discutida na atualidade, sendo um direito garantido a todos a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. O trabalho objetiva refletir sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado - AEE na inclusão dos alunos que apresentam deficiência. Por conseguinte, é indispensável que os alunos sejam atendidos como estabelecem as leis de forma efetiva e permanente, oferecendo qualidade no atendimento oferecido.

Palavras-chave: Deficiência, Atendimento Educacional Especializado, Alunos, Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva vem sendo bastante discutida na atualidade, sendo um direito garantido a todos a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. O trabalho objetiva refletir sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado - AEE na inclusão dos alunos que apresentam deficiência.

O principal objetivo do Atendimento Educacional Especializado - AEE é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade com foco na eliminação das barreiras para a plena participação dos estudantes com deficiência, em prol da autonomia e independência na escola e fora dela.

Para esse estudo utilizou-se uma abordagem bibliográfica no qual foram abordados autores renomados na temática dando ênfase a importância de oferecer um atendimento educacional de qualidade para esses alunos.

Por conseguinte, é indispensável que os alunos sejam atendidos como estabelecem as leis de forma efetiva e permanente, oferecendo qualidade no atendimento oferecido.

2 METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Esse estudo está pautado em um estudo teórico, pois a pesquisa bibliográfica é então feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto que está sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades. (CHIARA, KAIMEN, et al., 2008).

Foi elaborado e embasado no aprofundamento teórico de livros, artigos, revistas, dissertações e teses, tendo a preocupação de apresentar dados concisos baseados em estudos científicos.



Após uma vasta leitura do material selecionado o próximo passo foi delinear a escrita sobre a temática em questão.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

É de extrema importância iniciar esse debate enfatizando que: “a Constituição Federal garante para alunos com deficiência, o atendimento especializado”. (art. 208, III, CF). De acordo com o que consta na Constituição Federal: “não é qualquer tipo de acesso à educação que atende ao princípio da igualdade de acesso e permanência em escola (art. 206, I).

O Atendimento Educacional Especializado - AEE “é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008, p. 12).

Segundo Mantoan (2010, pp.19-20), o atendimento educacional especializado vem sendo executado de duas maneiras distintas:

- A primeira conhecida como especiais ou especializadas são destinadas as pessoas com deficiência, ou seja, salas especiais organizadas dentro da escola comum, essa forma de organização substitui totalmente o acesso à escola regular.
- A segunda maneira de executar o ensino especializado é a que vem sendo bastante propagada pelos movimentos que defendem a inclusão escolar, ou seja, é a que trata o atendimento educacional especializado como apoio e complemento, destinado a oferecer aquilo que é específico na formação de um aluno com deficiência, sem impedi-lo de frequentar, quando na idade cronológica própria, ambientes comuns de ensino em ambientes oficiais.

A primeira maneira de atendimento apontada por Mantoan na citação acima remete-se a pensar na década de 70, em que as salas especiais cresceram em número significativo dentro das escolas regulares. Esse modelo de ensino constata forma de discriminação e segregação, em permitir que o estudante continue as margens do seu direito de educação para todos estabelecida na Constituição Federal de 1988. Como citado anteriormente esse tipo de educação esteve presente por vários anos no sistema de ensino brasileiro substituindo totalmente o acesso a escola comum.

O atendimento especializado traduz em aplicação aos direitos constitucionais. É um atendimento que condiz com os objetivos inclusivos defendidos pela lei constitucional, várias leis e decretos e diversas convenções inclusive como cita Mantoan (2010, p.132), “o atendimento especializado aparece como garantia da inclusão”.

Baseado nas reivindicações legais, o referido atendimento pode ser visto como um instrumento de concretização do direito à educação, e diante desse argumento pode-se acrescentar mais significados para melhor compreensão dos seus objetivos, de acordo com Mantoan (2010, pp. 24-25), o atendimento especializado:



- 1- Não é o único direito das pessoas com deficiência, mesmo daquelas que possuam graves limitações, pois todo ser humano é titular do direito à educação que compreende, para crianças e adolescentes, o acesso e a permanência em ambiente escolar oficial e não separado por grupo de pessoas, que vise ao pleno desenvolvimento humano e o preparo para o exercício da cidadania.
- 2- Deve ser adotado quando realmente existia uma necessidade especial, ou seja, algo do qual os alunos sem deficiência não precisam.
- 3- Deve ser oferecido preferencialmente no mesmo ambiente (sala de aula) frequentado pelos demais alunos (exemplo: intérprete de língua de sinais, computadores com teclados adaptados ou sistema de voz), mas sem substituição do professor comum.
- 4- Se houver necessidade de ser oferecido à parte, que isto ocorra sem dificultar ou impedir que a criança e adolescente com deficiência tenham acesso às salas de aula do ensino comum, no mesmo horário que os demais alunos as frequentam.
- 5- Não pode ser confundido com atendimentos clínicos, os quais, mesmo quando necessários com prejuízo da frequência escolar, mantêm intacto direito do aluno ao seu lugar educacional, que é o ambiente comum.
- 6- Não deve ser adotado de forma obrigatória, ou como condição para o acesso do aluno com deficiência ao ensino comum.

Imediatamente constata-se, a relevância do Atendimento Especializado empregado as necessidades educativas especiais, além da relevante importância de garantir o direito constitucional, bem como, conceder aos educandos o pleno desenvolvimento humano e o exercício da cidadania.

Em outras palavras, o atendimento especializado através de sua organização funcional pode ajudar a derrubar as barreiras que existam entre os estudantes com deficiência e a aprendizagem, ou seja, um complemento aos conhecimentos adquiridos na sala regular.

São exemplos práticos de atendimento educacional especializado:

O ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do código BRAILLE, a introdução e formação do aluno na utilização de Recursos de Tecnologia Assistiva, como a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade ao computador, a orientação e mobilidade, a preparação e disponibilização ao aluno de material pedagógico acessível, entre outros. (SARTORETTO e BERSCH, 2014, p. 23).

Por outro lado, é necessário destacar que o professor pode contribuir para o fortalecimento do AEE. Através da resolução CNE/CEB nº 04/2009 foi criada algumas atribuições referentes as funções do professor AEE, vejamos a seguir:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;



VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, p. 04).

Nesse contexto atribuído ao profissional do AEE pode-se dizer que sua função se estende largamente na busca pelo desenvolvimento educacional dos seus alunos e que tanto o professor da sala comum quanto o profissional especializado necessitam estar conectados afim de elaborar estratégias que promovem autonomia e participação dos envolvidos podendo assim concretizar as propostas definidas nessa resolução.

O avanço das tecnologias tem contribuído como ferramentas que se adequam ao contexto das necessidades educativas especiais individualmente e podem acrescentar e favorecer a ampliação dos conhecimentos.

Entretanto, a utilização desses recursos dependerá exclusivamente do interesse do docente em inseri-los como facilitador da aprendizagem e de acordo com o Decreto nº

6.571 de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o AEE, dentre outros objetivos propostos a elaboração e utilização de recursos que respondam aos ajustes necessários para a efetiva aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Leva-se em consideração de que a ausência de recursos em sala de aula dificulta o desenvolvimento dos alunos que possuem deficiência. De acordo com Giroto, Poker e Omote (2012, p.12), uma sala regular inclusiva:

Sem recursos estratégias e materiais adaptados que atendam às suas necessidades educacionais especiais seria muito difícil garantir a participação efetiva nas atividades propostas bem como a interação com os outros alunos e professores.

Em conformidade com os autores, a reestruturação educacional, no ponto de vista inclusivo, indica um novo modelo de ensino, diferente dos modelos excludentes, segregativos e integrativos das escolas especiais. Conseqüentemente essa reorganização requer formação docente pautada na diversidade, considerando o tempo que cada um tem para apreender, isto é, desmistificar o conceito de homogeneidade em salas de aula.

Nesse propósito, é esperado que tanto o professor da sala comum quanto o profissional especializado saibam, não apenas utilizar os recursos existentes na escola, mais também tenham interesse em criar materiais que possam auxiliar as necessidades especiais dos estudantes, enfim, que eles sejam capazes de manusear do mais aprimorado recurso tecnológico ao criado de forma mais simples, como os artesanais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do aprofundamento bibliográfico, fomos capazes de conhecer a relevância e a contribuição do Atendimento Educacional Especializado para o apoio ao desenvolvimento dos alunos com deficiência.



Podemos obter como resultado, que através desse atendimento os alunos são motivados e capacitados a desenvolver suas habilidades e capazes de desenvolver tais habilidades que muitas vezes eram tidos como grandes desafios.

Assim, através desse estudo percebemos a importância desse atendimento e da relevância de permitir o acesso para todos os alunos com deficiência disponham dos mais variados recursos multifuncionais para que seja possível avançar nas principais questões em especial o desenvolvimento cognitivo.

Além disso, o AEE é organizado para suprir as necessidades de acesso ao conhecimento e à participação ativa daqueles alunos que não conseguem suprir suas necessidades apenas na sala regular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo aprofundado sobre o AEE, concluímos e confirmamos a importância desse serviço para os alunos com deficiência. Sabemos dos desafios enfrentados por esses alunos em busca de uma inclusão verdadeira e de qualidade. Porém, o AEE é capaz de prevenir e sanar desafios e dificuldades que muitas vezes a sala regular não consegue, pois a Sala de Recursos, onde é desenvolvido o atendimento educacional, possui todo um aparato e profissionais especializados para ajudar os alunos com deficiência a desenvolver suas habilidades.

Concluímos que o AEE atende as necessidades educativas e individuais dos alunos, através de um atendimento dinâmico, assistencial realizado pelos profissionais que são especializados e capacitados para desenvolver esse trabalho.



REFERÊNCIAS

- BRASIL, Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB n. ° 4, de 2 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, 2009.
- CAMPOY, Aranda Tomás Jesus. Metodología de la Investigación Científica. Manual para elaboración de Tesis y trabajos de Investigación. Asunción, Paraguay: Marben, 2018.
- CHIARA, I. D.; KAIMEN, Maria Júlia; CARELLI, Ana Esmeralda. Normas de documentação aplicadas à área de Saúde. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.
- GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadao. As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O desafio das diferenças nas escolas. Editora Vozes Limitada, 2010.
- SARTORETTO, M.; BERSH, R. Atendimento Educacional Especializado. 2013.
- SEESP, MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.